RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.255	9.565
Concessionárias	5	21.548	22.170
Impostos e contribuições sociais	6	10.974	22.602
Estoques	7	5.478	4.635
Cauções e depósitos vinculados	10		125
Prêmio de risco - GSF	11	541	541
Outros créditos	12	4.395	2.334
Total do Ativo Circulante		**63.191**	**61.972**
Não circulante			
Tributos diferidos	8	8.686	7.258
Cauções e depósitos vinculados	10	3.521	2.883
Prêmio de risco - GSF	11	2.794	3.335
Outros créditos	12	386	17.260
		15.387	**30.736**
Imobilizado	13	212.464	217.756
Intangível	14	208	32
		212.672	**217.788**
Total do Ativo Não circulante		**228.059**	**248.524**
TOTAL DO ATIVO		**291.250**	**310.496**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	6.805	4.933
Impostos e contribuições sociais	6	10.106	9.757
Dividendos	16	3.504	
Debêntures	17	58.967	64.348
Benefícios pós-emprego	18	533	527
Encargos setoriais	19	3.485	2.149
Outras contas a pagar	12	3.028	2.992
Total do Passivo Circulante		**86.428**	**84.706**
Não circulante			
Debêntures	17	32.296	89.314
Benefícios pós-emprego	18	15.045	11.204
Encargos setoriais	19	216	2.318
Provisões	20	5.572	5.461
Outras contas a pagar	12	918	7.367
Total do Passivo Não circulante		**54.047**	**115.664**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	39.636	39.636
Reservas de lucros	21.3	116.764	74.296
Outros resultados abrangentes	21.4	(5.625)	(3.806)
Total do Patrimônio líquido		**150.775**	**110.126**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**291.250**	**310.496**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Receitas	22	194.072	203.365
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(44.121)	(32.198)
Custo de operação		(20.759)	(25.602)
Custo do serviço prestado a terceiros		(19)	(497)
		(64.899)	**(58.297)**
Lucro bruto		**129.173**	**145.068**
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(8.342)	(11.564)
Depreciações e amortizações		(2.714)	(3.290)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.497)	(2.367)
		(13.553)	**(17.221)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**115.620**	**127.847**
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		3.900	11.765
Despesas financeiras		(16.097)	(30.059)
		(12.197)	**(18.294)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**103.423**	**109.553**
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(16.801)	227
Imposto de renda e contribuição social diferidos		491	1.450
		(16.310)	**1.677**
Lucro líquido do exercício		**87.113**	**111.230**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,19783	0,55673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**87.113**	**111.230**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.756)	(462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	937	157
Resultado abrangente do exercício	**85.294**	**110.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Geração do valor adicionado	**223.604**	**244.887**
Receita operacional	219.983	236.475
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(41)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.658	6.786
Outras receitas	4	1.626
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(64.267)**	**(57.374)**
Custos da energia comprada	(42.164)	(29.421)
Encargos de uso da rede elétrica	(5.678)	(6.059)
Materiais	(2.274)	(2.334)
Serviços de terceiros	(8.762)	(13.105)
Outros custos operacionais	(5.389)	(6.455)
Valor adicionado bruto	**159.337**	**187.513**
Retenções		
Depreciações e amortizações	**(7.776)**	**(9.140)**
Valor adicionado líquido produzido	**151.561**	**178.373**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.839	12.179
Valor adicionado total a distribuir	**155.400**	**190.552**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	10.020	13.287
Benefícios	1.706	3.333
FGTS	694	805
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	38.438	29.536
Estaduais	64	114
Municipais	23	46
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	16.097	30.059
Aluguéis	1.245	2.142
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	4.122	6.851
Dividendos	37.000	70.177
	109.409	**156.350**
Lucros retidos	**45.991**	**34.202**
	155.400	**190.552**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		103.423	109.553
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		41	
Depreciações e amortizações		7.748	9.091
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		997	2.659
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		14.040	22.671
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1.509	1.426
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.309	4.407
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			2
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		966	1.156
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(20)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.391)	(7.324)
Amortização do prêmio de risco - GSF		541	637
Outros			151
		129.183	**144.409**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		581	14.035
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(5.648)	(5.061)
Estoques		(843)	(749)
Cauções e depósitos vinculados		(513)	(1.741)
Prêmio de risco - GSF			(5.396)
Outros ativos operacionais		14.813	(26.730)
		8.390	**(25.642)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		1.872	(36.761)
Outros tributos e contribuições sociais		8.622	8.620
Benefícios pós-emprego		(418)	532
Encargos setoriais		(1.732)	474
Provisões		(484)	1.083
Outros passivos operacionais		(6.413)	5.377
		1.447	**(20.675)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**139.020**	**98.092**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.710)	(14.662)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**131.310**	**83.430**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.658)	(6.786)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de investimento		**(3.658)**	**(6.786)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(40.523)	(124.354)
Captação de debêntures			88.933
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(60.000)	(60.418)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(16.439)	(21.181)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	28.1	**(116.962)**	**(117.020)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**10.690**	**(40.376)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.255	9.565
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.565	49.941
		10.690	**(40.376)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**284.737**	**105.927**	**(3.501)**	**-**	**387.163**
Acervo líquido decorrente de cisão	(245.101)	(27.236)		6.748	(265.589)
Dividendo adicional aprovado AGO de 12/04/2016		(45.345)			(45.345)
Lucro líquido do exercício				111.230	111.230
Destinação do lucro:					
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		37.427		(37.427)	
Dividendos intermediários (JSCP)				(6.851)	(6.851)
Dividendos intermediários - RCA de 14/09/2016				(30.000)	(30.000)
Dividendos intermediários - RCA de 20/12/2016				(40.177)	(40.177)
Dividendos adicionais propostos		3.523		(3.523)	
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(462)		(462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			157		157
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**39.636**	**74.296**	**(3.806)**	**-**	**110.126**

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**39.636**	**74.296**	**(3.806)**	**-**	**110.126**
Dividendo adicional aprovado AGO de 11/04/2017		(3.523)			(3.523)
Lucro líquido do exercício				87.113	87.113
Destinação do lucro:					
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		17.143		(17.143)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(4.122)	(4.122)
Dividendos Intermediários - RCA de 11/07/2017				(30.000)	(30.000)
Dividendos Intermediários - RCA de 20/10/2017				(7.000)	(7.000)
Dividendos adicionais propostos		28.848		(28.848)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.756)		(2.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			937		937
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**39.636**	**116.764**	**(5.625)**	**-**	**150.775**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Concessão

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

						Concessão	
Usinas	**Modalidade**	**Outorga**	**Estado**	**Capacidade Instalada (MWm)**	**Energia Assegurada (MWm)**	**Início**	**Término**
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198	134,8	14/07/1995	16/07/2025

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, podendo ser prorrogado pelo período de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 125,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 28,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 97,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 5 e 9).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 19.1).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 18).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplicar-se-á a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge,* as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 29.1, a Companhia possui R$627, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional e estima-se que cerca de 61% referem-se a pagamentos de arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor que serão reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 28.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	1.672	4.236
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.583	
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		5.329
	18.583	**5.329**
Total	**20.255**	**9.565**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Concessionárias

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	20.169	22.163
Energia de curto prazo	1.379	7
	21.548	**22.170**

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	18.228		761	4.531	(9.208)		(7.210)	7.102
ICMS	6						(6)	
PIS e COFINS	100	4.909	539		(800)		(4.648)	100
IRRF sobre aplicações financeiras	1.792	478					(1.346)	924
Outros	2.476	262	110					2.848
Total do Circulante	**22.602**	**5.649**	**1.410**	**4.531**	**(10.008)**	**-**	**(13.210)**	**10.974**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	6.543	16.801		(3.179)	(4.543)		(8.556)	7.066
ICMS	-	147		(121)			(5)	21
PIS e COFINS	1.735	20.499		(11.761)	(4.437)		(4.649)	1.387
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	128	565		(572)				121
IRRF sobre juros s/ capital próprio (Nota 6.1)	1.028	619			(1.028)			619
Parcelamentos (Nota 6.2)			19	(275)		714		458
Encargos com pessoal	316	318		(204)				430
Outros	7	5		(8)				4
Total do Circulante	**9.757**	**38.954**	**19**	**(16.120)**	**(10.008)**	**714**	**(13.210)**	**10.106**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo de R$1.028, em 31 de dezembro de 2016, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2016 sendo integralmente liquidado em janeiro de 2017. O saldo de R$619, em 31 de dezembro de 2017, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e será liquidado em janeiro de 2018 (Nota 16).

6.2 Parcelamentos

6.2.1 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia possuía processo administrativo junto à RFB o qual se discutia a ausência de recolhimento do IRPJ do ano de 2000 decorrente do fato da autoridade administrativa ter constatado que a redução do imposto a pagar, nos termos em que efetuada pela mesma, deu-se de forma indevida, uma vez que a Companhia informou a referida redução em campo incorreto de sua Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ (Nota 20.1.1.2).

Em decorrência da desistência do processo administrativo junto a RFB, a Companhia incluiu tal débito tributário, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

O PERT foi instituído pela Medida Provisória nº 783/17, convertida na Lei nº 13.496/17, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/17 e alterações posteriores. Segundo suas regras, os contribuintes poderão liquidar dívidas perante a RFB e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN vencidas até o dia 30 de abril de 2017 além dos tributos envolvidos em discussão administrativa ou judicial.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante a ser liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora e de 70% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o resumo do montante parcelado:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
IRPJ	401	301	1.239	1.941
Redução Programa PERT				(1.227)
Total				**714**

6.2.2 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	714
Amortização	(275)
Atualização	19
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**458**

7 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado (Nota 13).

8 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016	31/12/2017	31/12/2016
Natureza dos créditos	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Diferenças Temporárias								
Provisão para perdas com projetos	2.695	2.695						
Benefício pós-emprego	2.430	2.024			406	378		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.894	1.856			38	1.269		
Uso do bem público - CPC 25						(248)		
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes	2.897	1.960					937	157
Outras			1.230	1.277	47	51		
Total diferenças temporárias	**9.916**	**8.535**	**1.230**	**1.277**	**491**	**1.450**	**937**	**157**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.230)	(1.277)	(1.230)	(1.277)				
Total	**8.686**	**7.258**	**-**	**-**				

8.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2018	2019	2020	2021	2022	Total
2.694	2.694	2.694	918	916	9.916

9 Partes Relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2017	Ativo Circulante 31/12/2016	Ativo Não circulante 31/12/2017	Ativo Não circulante 31/12/2016	Passivo Circulante 31/12/2017	Passivo Circulante 31/12/2016	Passivo Não circulante 31/12/2017	Passivo Não circulante 31/12/2016	Receitas (Despesas) Operacionais 2017	Receitas (Despesas) Operacionais 2016	Receitas (Despesas) Financeiras 2016
Concessionárias (Nota 5)														
Venda de energia elétrica														
EDP São Paulo	Controle comum	222,36	01/01/2008 a 31/12/2037	27	28							269	252	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2010 a 28/02/2016										126	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	8.327	8.146							93.870	87.828	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2017	2.410	5.550							27.174	63.110	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2016 a 31/12/2017	1.662								17.262		
EDP Espírito Santo	Controle comum	221,40	01/08/2001 a 28/02/2016										6.501	
EDP Espírito Santo	Controle comum	238,39	01/01/2002 a 28/02/2016										1.106	
EDP Espírito Santo	Controle comum	220,67	01/01/2007 a 28/02/2016										5.249	
EDP Espírito Santo	Controle comum	221,58	01/01/2008 a 31/12/2037	57	66							566	533	
EDP Espírito Santo	Controle comum	154,64	01/01/2016 a 31/12/2018	2	4							30	47	
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019	1.631	1.631							19.209	19.261	
ECE Participações	Controle comum	108,71	01/01/2017 a 31/12/2046	52								608		
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	126,35	01/01/2017 a 31/12/2046	385								4.538		
				14.553	**15.425**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**163.526**	**184.013**	**-**
Fornecedores (Nota 15)														
Uso do sistema de distribuição														
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025					458	334			(4.852)	(5.077)	
Suprimento de Energia Elétrica														
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2017 a 31/12/2017					3.100				(18.399)		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/08/2017 a 31/12/2017									(12.342)		
				-	**-**	**-**	**-**	**3.558**	**334**	**-**	**-**	**(35.593)**	**(5.077)**	**-**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)														
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (a)														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 a 31/12/2017			231					52	1.353	(707)	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)														
EDP Espírito Santo	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019							18	62	(122)	(189)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019							95	107	(1.264)	(1.342)	
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.3.1)														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022							172	38	(134)	(38)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental (c)														
Santa Fé	Controle comum		01/01/2011 a 28/07/2016										65	
Costa Rica	Controle comum		01/01/2011 a 31/12/2016										513	
Pantanal	Controle comum (*)		01/01/2011 a 31/12/2016										19	
Devolução - Prêmio de seguro														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/12/2016				140						97	43
Cisão (d)														
EDP PCH	Controle Comum		01/03/2016 a Indeterminado			155	17.120			633	7.087		10.033	
				-	**-**	**386**	**17.260**	**-**	**-**	**918**	**7.346**	**(167)**	**8.451**	**43**
				14.553	**15.425**	**386**	**17.260**	**3.558**	**334**	**918**	**7.346**	**127.766**	**187.387**	**43**

(*) Em 29 de janeiro de 2016 a controladora EDP - Energias do Brasil concluiu a venda de sua participação na Pantanal para a Cachoeira Escura Energética. Desta forma, a Pantanal não é mais considerada como parte relacionada da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos

A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participantes. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua matriz. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho n° 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a Companhia solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

c) Prestação de serviços de consultoria ambiental

Os contratos de consultoria ambiental tem por objetivo a prestação de serviços de atividades relacionadas a assuntos energéticos, de intervenções e da área administrativa-técnica da operação da usina. Estes serviços passaram a ser realizados pela EDP PCH após 28 de julho de 2016.

d) Cisão

Os montantes a pagar e a receber junto à EDP PCH referem-se a contratos de prestação de serviços, transferência de funcionários e gastos diversos que encontram-se em processo de regularização após a cisão.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de venda de energia no ACR junto a EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 10,000 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018, com preço original de venda de R$199,00/MWh.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016 e em julho de 2017, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro e o segundo plano de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2017 da mesma o montante de R$134 (R$38 em 2016) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

9.3.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro

	Diretoria Estatutária 2017	Diretoria Estatutária 2016
Remuneração (a)	1.245	1.567
Benefícios de curto prazo (b)	23	77
Benefícios - Previdência privada	26	210
Total	**1.294**	**1.854**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2016	Não circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2016
Depósitos judiciais	20.1		3.396	2.883
Cauções e depósitos vinculados		125	125	
Total		**125**	**3.521**	**2.883**

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R$3.335 (R$3.876 em 31 de dezembro de 2016), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R$541 (R$637 em 2016).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2017	Circulante 31/12/2016	Não circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2016
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		1.976	1.954		
Serviços prestados a terceiros		133	129		
Ressarcimento de custos - RGR	12.1	1.819			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			386	17.260
Outros		467	251		
Total		**4.395**	**2.334**	**386**	**17.260**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		248	397		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			918	7.346
Obrigações sociais e trabalhistas	12.2	2.771	2.576		
Outros		9	19		21
Total		**3.028**	**2.992**	**918**	**7.367**

12.1 Ressarcimento de custos - RGR

Refere-se ao ajuste anual da quota de RGR do exercício de 2015, conforme Despacho ANEEL nº 2.927 de 13 de setembro de 2017, relativo a diferença apurada entre o valor da quota anual fixada para 2016 e o valor devido pela Companhia, com base nos investimentos e receitas efetivamente verificados. Este montante foi reconhecido integralmente no resultado e será diluído mensalmente das próximas 12 parcelas a serem pagas (Nota 22).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.1 Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2017 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2016 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		1		1		1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,35	44.807	(25.362)	19.445	2,48	44.620	(24.849)	19.771
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03	21.092	(15.230)	5.862	3,43	19.614	(14.959)	4.655
Máquinas e equipamentos	3,08	228.257	(51.513)	176.744	3,67	220.462	(45.146)	175.316
Veículos	14,29	54	(12)	42				-
		294.211	**(92.117)**	**202.094**		**284.697**	**(84.954)**	**199.743**
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(2)	91				-
		93	**(2)**	**91**		**-**	**-**	**-**
Total do Imobilizado em serviço		**294.304**	**(92.119)**	**202.185**		**284.697**	**(84.954)**	**199.743**
Imobilizado em curso								
Geração		10.279		10.279		18.013		18.013
Total do Imobilizado em curso		**10.279**	**-**	**10.279**		**18.013**	**-**	**18.013**
Total Imobilizado		**304.583**	**(92.119)**	**212.464**		**302.710**	**(84.954)**	**217.756**

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transferências para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2017
Imobilizado em serviço							
Terrenos	1						1
Reservatórios, barragens e adutoras	19.771		187	(513)			19.445
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.655		1.571	(273)			5.953
Máquinas e equipamentos	175.316		9.341	(6.962)	(951)		176.744
Veículos	-		98	(15)	(41)		42
Total do Imobilizado em serviço	**199.743**	**-**	**11.197**	**(7.763)**	**(992)**	**-**	**202.185**
Imobilizado em curso							
Reservatórios, barragens e adutoras	1.627	21	(187)			188	1.649
Edificações, obras civis e benfeitorias	149	820	(1.571)			1.477	875
Máquinas e equipamentos	15.785	1.857	(9.341)		(3)	(1.263)	7.035
Adiantamento a fornecedores	155	247				(402)	-
A ratear	-	376					376
Outros	297	147	(98)		(2)		344
Total do Imobilizado em curso	**18.013**	**3.468**	**(11.197)**	**-**	**(5)**	**-**	**10.279**
Total do Imobilizado	**217.756**	**3.468**	**-**	**(7.763)**	**(997)**	**-**	**212.464**

14 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2017 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2016 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	339	(276)	63	20,00	294	(262)	32
Direito de concessão - Licenças ambientais		68	(68)	-	25,00	68	(68)	-
		407	**(344)**	**63**		**362**	**(330)**	**32**
Total do Intangível em serviço		**407**	**(344)**	**63**		**362**	**(330)**	**32**
Intangível em curso								
Geração		6		6				-
Administração		139		139				-
Total do Intangível em curso		**145**	**-**	**145**		**-**	**-**	**-**
Total do Intangível		**552**	**(344)**	**208**		**362**	**(330)**	**32**

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transferências para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2017
Intangível em serviço					
Software	32		45	(14)	63
Total do Intangível em serviço	**32**	**-**	**45**	**(14)**	**63**
Intangível em curso					
Outros intangíveis em curso	-	190	(45)		145
Total do Intangível em curso	**-**	**190**	**(45)**	**-**	**145**
Total Intangível	**32**	**190**	**-**	**(14)**	**208**

15 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	3.100	452
Encargos de uso da rede elétrica	487	363
Operações CCEE	905	1.733
Materiais e serviços	2.313	2.385
Total	**6.805**	**4.933**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais do exercício de 2016

Foi aprovada em AGO, realizada em 11 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$80.551, sendo: (i) JSCP no valor bruto de R$6.851, sendo R$5.823 líquido de Imposto de renda e; (ii) distribuição de dividendos no valor total de R$73.700. Deste montante, R$76.000 foram contabilizados e pagos no decorrer do exercício de 2016 e R$3.523 foram contabilizados na data da referida AGO e pagos em 31 de outubro de 2017.

Dividendos intermediários

O Conselho de Administração da Companhia aprovou dividendos intermediários, a serem ratificados pela Assembleia Geral, relativos ao lucro apurado nas demonstrações financeiras intermediárias de 2017, conforme abaixo:

Data da deliberação	Valor aprovado	Data do pagamento
11/07/2017	30.000	18/07/2017
20/10/2017	7.000	31/10/2017
	37.000	

JSCP

Em 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2017 no montante bruto de R$4.122, sendo R$3.504 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, em data do pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	31/12/2016	Dividendos Adicionais	Intermediários	JSCP	Pagamentos	31/12/2017
Passivo						
EDP - Energias do Brasil		3.523	37.000	3.504	(40.523)	3.504
Total	**-**	**3.523**	**37.000**	**3.504**	**(40.523)**	**3.504**

17 Debêntures

17.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2017 Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total	31/12/2016 Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total
Oliveira Trust	Instrução CVM nº 476/09	120.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98% a.a. até 17/09/2015 CDI + 1,60% a.a. a partir de 18/09/2015 (i)	Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestral				-	1.643	60.000		61.643
(-) Custos de emissão				(635)		23/04/2012 a 23/04/2017			Amortização mensal				-		(23)		(23)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	3.600	10	36.000	1ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2018	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI + 2,25% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestrais	981	21.600		22.581	1.074		36.000	37.074
(-) Custos de emissão				(427)		20/04/2016 a 20/04/2018			Amortização mensal		(69)		(69)			(275)	(275)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	5.400	10	54.000	2ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI + 2,65% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2018 e juros semestrais	628	36.000	32.400	69.028	1.654		54.000	55.654
(-) Custos de emissão				(640)		20/04/2016 a 20/04/2020			Amortização mensal		(173)	(104)	(277)			(411)	(411)
Total										**1.609**	**57.358**	**32.296**	**91.263**	**4.371**	**59.977**	**89.314**	**153.662**

(i) Conforme Assembleia Geral dos Debenturistas - AGD de 17 de setembro de 2015, ocorreu alteração do juros remuneratórios de CDI + 0,98% a.a. para CDI + 1,60% a.a., efetivo a partir de 18 de setembro de 2015.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

17.2 Movimentação das debêntures do exercício

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante						
Principal	60.000	(60.000)		57.600		57.600
Juros	4.371	(16.439)	13.677			1.609
Custo de transação	(23)			(582)	363	(242)
	64.348	**(76.439)**	**13.677**	**57.018**	**363**	**58.967**
Não circulante						
Principal	90.000			(57.600)		32.400
Custo de transação	(686)			582		(104)
	89.314	**-**	**-**	**(57.018)**	**-**	**32.296**

17.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	58.967
	58.967
Não circulante	
2019	21.510
2020	10.786
	32.296
Total	**91.263**

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ações e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, no qual refere-se à oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas do contrato prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto público da emissão.

(i) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(ii) liquidação, dissolução, decretação de falência, pedido de auto-falência ou de recuperação extrajudicial;

(iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;

(iv) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% dos Debenturistas de cada série presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade;

(v) pedido de recuperação judicial da emissora, bem como pedido de falência da emissora, formulado por terceiros, sem o depósito elisivo realizado no prazo legal, sem prejuízo da possibilidade de contestação pela Emissora;

(vi) cancelamento, perda, revogação, suspensão ou não renovação de concessão direta para geração de energia elétrica;

(vii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora;

(viii) inadimplemento, pela Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos em qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional; e

(ix) protesto de títulos contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, em até 30 dias contados da ciência da Emissora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) sanado(s), cancelado(s), suspenso(s) ou contestado(s) mediante depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para a mensuração dos planos do tipo benefício definido, a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante 31/12/2017	31/12/2016	Não circulante 31/12/2017	31/12/2016
Assistência médica e seguro de vida	533	421	15.045	11.204
Contribuição definida		106		
	533	**527**	**15.045**	**11.204**

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Adicionalmente, a Companhia possui planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos.

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

• Plano de Benefícios I e II (administrado pela Fundação Enersul): O Plano I (vigente para adesões até 10 de maio de 2002) está estruturado na modalidade de benefício definido, o qual consiste em um plano complementar à Previdência Social, sendo o valor dos benefícios previamente definido. O Plano II é um plano estruturado na modalidade de Contribuição variável, o qual está estruturado na modalidade de Benefício definido para os benefícios de risco, que contemplam a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte de participante ativo, e na modalidade de Contribuição definida para os benefícios programados, englobando a aposentadoria normal e antecipada.

18.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2017 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.823)	2.540	(809)	-
Custo do serviço corrente	(16)			(16)
Custo dos juros	(4)			(4)
Ganhos/(perdas) atuariais	20			20
Contribuições pagas pelos empregados	148	(148)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(1.675)**	**2.392**	**(809)**	**-**

18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Plano I	Plano II
Circulante		
2018		1
	-	**1**
Não Circulante		
2019	68	81
2020	70	87
2021	73	92
2022	75	98
2023 a 2027	409	588
	695	**946**
Total	**695**	**947**

18.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	16	27
Custo dos juros	4	(9)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**20**	**18**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	624	(672)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(330)	950
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	147	119
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(461)	(322)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(20)**	**75**
Total	**-**	**93**

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R$42 (R$55 em 2016).

18.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2017 Alocação %	31/12/2016 Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	91,56%	92,26%
Ações	Cotado	4,89%	4,56%
Imóveis	Cotado	2,05%	1,36%
Outros	Não cotado	1,50%	1,82%
Total		**100,00%**	**100,00%**

Os títulos de dívida incluem debêntures emitidas pela Controladora que, avaliados pelo valor justo, representam os seguintes montantes:

	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures não conversíveis	10	22
Total	**10**	**22**

18.1.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2017 Plano I	Plano II	2016 Plano I	Plano II
Participantes ativos		16		22
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		1		2
Aposentados e pensionistas	1	3	1	4
	1	**4**	**1**	**6**
Total	**1**	**20**	**1**	**28**

18.1.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Plano I	Plano II
Pressupostos Centrais	718	1.208
Taxa de desconto		
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	692	1.146
Redução na taxa de desconto em 0,5%	745	1.277
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	736	1.222

18.1.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2017 Plano I	Plano II	2016 Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	10,34% a.a.	10,34% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,14%	5,14%	6,06%	6,06%
Crescimento dos planos de benefícios	4,65% a.a.	4,65% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo				
Inflação	4,65% a.a.	4,65% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	AT-2000/RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	AT-2000/RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985	Muller / Wyatt 1985	Wyatt 1985	Muller / Wyatt 1985

18.1.2 Plano de Contribuição Definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$213 (R$407 no exercício de 2016).

Esses planos em 31 de dezembro de 2017 tem a adesão de 44 colaboradores (47 colaboradores em 31 de dezembro de 2016).

18.2 Planos de Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

18.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2017 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

18.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.625)
Custo do serviço corrente	(84)
Custo dos juros	(1.405)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.776)
Benefícios pagos pela Companhia	312
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(15.578)**

As contribuições esperadas para estes benefícios durante o exercício de 2018 são de R$5.996.

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2017 é de R$5.625 (R$3.806 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 21.4).

18.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida
Circulante	
2018	533
	533
Não Circulante	
2019	594
2020	670
2021	744
2022	850
2023 a 2027	5.878
	8.736
Total	**9.269**

18.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017	2016
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	84	129
Custo dos juros	1.405	1.279
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**1.489**	**1.408**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	480	(1.915)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	2.296	2.302
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**2.776**	**387**
Total	**4.265**	**1.795**

18.2.5 Participantes
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2017			2016		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	4		26	9		26
Participantes assistidos						
Dependentes	37			34		
Aposentados e pensionistas	25	26		21	23	
	62	**26**	**-**	**55**	**23**	**-**
Total	**66**	**26**	**26**	**64**	**23**	**26**

18.2.6 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	14.625	161	847
Taxa de desconto			
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	13.623	141	791
Redução na taxa de desconto em 0,5%	15.742	184	911
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	15.118	164	833

18.2.7 Premissas
As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2017		
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,92% a.a. em 2018, reduzindo linearmente para 6,74% a.a. até 2027	n/a	n/a
Inflação	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2016		
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	6,06%
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11,50% a.a. em 2017, reduzindo linearmente para 7,50% a.a. até 2026	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Quota de reserva global de reversão - RGR	12.1 e 22	314	748		(2.804)	1.819	77
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		842	2.284		(2.447)		679
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 22	3.221	1.759	262	(2.335)		2.907
Outros encargos		90	772		(824)		38
Total		**4.467**	**5.563**	**262**	**(8.410)**	**1.819**	**3.701**
Circulante		2.149					3.485
Não Circulante		2.318					216
Total		**4.467**					**3.701**

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D
Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

20 Provisões

	Nota	Não circulante 31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	5.572	5.461
Total		**5.572**	**5.461**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo							Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Baixas: Pagamentos	Baixas: Reversões	Atualizações monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017	Depósito judicial (Nota 10) 31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	3.147	1.904	(484)	(20)	513		5.060	2.190	1.931
Cíveis	442	2			68		512		
Fiscais	1.872				(1.158)	(714)	-		
Total	**5.461**	**1.906**	**(484)**	**(20)**	**(577)**	**(714)**	**5.572**	**2.190**	**1.931**
Não circulante	5.461						5.572	2.190	1.931
Total	**5.461**						**5.572**	**2.190**	**1.931**

20.1.1.1 Trabalhistas
Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.1.2 Fiscais
A Companhia era parte em processo administrativo o qual discutia a compensação de créditos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS com débitos de IRPJ do ano-calendário de 2000. Em razão da jurisprudência desfavorável foi constituída provisão no montante de R$1.872 em 31 de dezembro de 2016. Durante o exercício de 2017, a Companhia desistiu da ação e incluiu o débito no PERT (Nota 6.2.1).

20.1.2 Risco de perda possível
Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	Ativo: Depósito judicial (Nota 10) 31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	882	2.857	382	480
Cíveis	20.044	11.429		
Fiscais	1.127	936		
Total	**22.053**	**15.222**	**382**	**480**

20.1.2.1 Cíveis
Resolução CNPE nº 03/2013
As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).
Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4º Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.
Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Aguarda-se julgamento do recurso.
Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R$14.442 (R$5.329 em 31 de dezembro de 2016), sendo a variação do exercício decorrente da revisão dos montantes com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

20.1.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R$824 (R$472 em 31 de dezembro de 2016).

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social
O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R$39.636 (R$39.636 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	39.635.898	100,00%	39.635.898	100,00%
Demais acionistas	3	0,00%	3	0,00%
Total	**39.635.901**	**100,00%**	**39.635.901**	**100,00%**

21.2 Destinação do lucro
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (iii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		87.113	111.230
Acervo líquido decorrente de cisão			6.748
		87.113	**117.978**
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	16	4.122	6.851
Dividendos intermediários	16	37.000	70.177
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	21.3	17.143	37.427
Dividendo adicional proposto	21.3	28.848	3.523
		87.113	**117.978**
Dividendos por ação - R$ - JSCP		0,10400	0,17285
Dividendos por ação - R$ - Dividendos intermediários		0,93350	1,77054

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de lucros			
Legal	21.3.1	16.496	16.496
Retenção de lucros		127	127
Dividendos adicionais propostos	21.2 e 21.3.2	28.848	3.523
Incentivos fiscais	21.3.3	71.293	54.150
Total		**116.764**	**74.296**

21.3.1 Reserva legal
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

21.3.2 Dividendos adicionais propostos
Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R$3.523 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 16) conforme deliberação da AGO realizada em 11 de abril de 2017.

21.3.3 Incentivos fiscais
A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).

21.4 Outros resultados abrangentes
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.
A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2017
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(5.766)	986	(3.742)		(8.522)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.960			937	2.897
	(3.806)	**986**	**(3.742)**	**937**	**(5.625)**

22 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	Nota	MWh (*) 2017	2016	R$ 2017	2016
Suprimento de energia elétrica		1.086.327	1.414.516	210.494	236.047
Energia de curto prazo		48.504		9.298	(474)
Outras receitas operacionais				191	902
Receita operacional bruta		**1.134.831**	**1.414.516**	**219.983**	**236.475**
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(20.348)	(21.874)
ISS					(30)
P&D	19			(1.759)	(2.096)
RGR	19			(748)	(5.589)
Outros encargos				(3.056)	(3.521)
				(25.911)	**(33.110)**
Receita		**1.134.831**	**1.414.516**	**194.072**	**203.365**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2017						2016
		Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	38.848					38.848	26.700
Encargos de uso da rede elétrica		5.153					5.153	5.498
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		10.652		2.482		13.134	18.242
Material			737	1	147		885	975
Serviços de terceiros	23.3		3.434	18	3.759		7.211	8.761
Depreciação			5.028		2.706		7.734	8.853
Amortização			6		8		14	238
PECLD / perdas líquidas						41	41	-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.886	1.886	2.501
Aluguéis e arrendamentos			83		1.162		1.245	2.142
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						570	570	(1.084)
Outras		120	819		792		1.731	2.692
Total		**44.121**	**20.759**	**19**	**11.056**	**2.497**	**78.452**	**75.518**

23.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2017	2016
Contratos de compra de energia por quantidade	31.609	14.944
Energia de curto prazo	22.829	13.619
Outros	813	3.042
(-) Ressarcimentos CCEE	(12.514)	(2.184)
(-) Créditos de PIS/COFINS	(3.889)	(2.721)
Total	**38.848**	**26.700**

O aumento da rubrica energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2017 é decorrente do cenário de redução do GSF, ocasionando o aumento na compra de energia dos contratos bilaterais por quantidade com o objetivo de mitigar riscos de exposição a variação do PLD.

23.2 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	6.155	7.637
Encargos	2.063	2.693
Previdência privada - Corrente	163	340
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	200	366
Despesas rescisórias	464	655
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.862	1.783
Outros benefícios - Corrente	1.246	1.560
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	84	1.048
	12.237	**16.082**
Administradores		
Honorários e encargos	750	2.111
Benefícios dos administradores	147	49
	897	**2.160**
	13.134	**18.242**

23.3 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	1.394	1.553
Serviços de manutenção	1.543	2.194
Serviços de limpeza e vigilância	755	1.620
Serviços ambientais	376	939
Serviços de informática	1.881	1.771
Serviços condominiais	(769)	(2.490)
Serviços de publicação e publicidade	447	294
Serviços de telecomunicações	1.021	1.435
Serviços de transporte	559	693
(-) Crédito de COFINS	(114)	(184)
(-) Crédito de PIS	(25)	(40)
Outros	143	976
	7.211	**8.761**

24 Resultado financeiro

	Nota	2017	2016
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.589	4.334
Energia vendida		110	361
Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	577	
Juros e multa sobre tributos	6	1.410	7.324
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		61	(414)
Outras receitas financeiras		153	160
		3.900	**11.765**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos			(67)
Debêntures	17.2	(14.040)	(22.604)
Juros e variações monetárias			
Energia comprada		(78)	(1.204)
Juros e multa sobre tributos	6	(19)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(1.906)
Uso do bem público			(108)
Generation Scaling Factor - GSF			(2.177)
Benefícios pós-emprego	18.1.1.2 e 18.2.2	(1.409)	(1.297)
Ajustes a valor presente			(43)
Outras despesas financeiras		(551)	(653)
		(16.097)	**(30.059)**
Total		**(12.197)**	**(18.294)**

25 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Nota	2017	2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		103.423	109.553
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**(35.164)**	**(37.248)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(43)	(72)
Juros sobre o capital próprio		1.400	2.329
Outras		60	(294)
Outros			
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos			(1.333)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(1.127)	25.786
Incentivos fiscais			
SUDENE	25.1	18.414	12.269
Outras		150	240
Despesa de IRPJ e CSLL		**(16.310)**	**1.677**
Alíquota efetiva		15,77%	-1,53%

25.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.
Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 à 2024.
Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

26 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	87.113	111.230
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.636	199.792
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2,19783	0,55673

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• Valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
• Mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
• Outros ao custo amortizado
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2017	Valor justo 31/12/2016	Valor contábil 31/12/2017	Valor contábil 31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	18.583	5.329	18.583	5.329
Mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	10		125	125	125	125
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			1.672	4.236	1.672	4.236
Concessionárias	5		21.548	22.170	21.548	22.170
Outros créditos - Partes relacionadas	12		386	17.260	386	17.260
			42.314	**49.120**	**42.314**	**49.120**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	15		6.805	4.933	6.805	4.933
Debêntures	17		91.965	156.396	91.263	153.662
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12		918	7.346	918	7.346
			99.688	**168.675**	**98.986**	**165.941**

27.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures difere do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.
27.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.
27.2 Gestão de risco
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.
A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.
O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.
27.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 17, possuem como contraparte os agentes fiduciários Oliveira Trust e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.
27.2.1.1 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.186			1.186	296	593	(296)	(593)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**1.186**	**-**	**-**	**1.186**	**296**	**593**	**(296)**	**(593)**
Debêntures	CDI	(7.149)	(3.471)		(10.620)	(2.051)	(4.074)	2.076	4.184
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(7.149)**	**(3.471)**	**-**	**(10.620)**	**(2.051)**	**(4.074)**	**2.076**	**4.184**
		(5.963)	**(3.471)**	**-**	**(9.434)**	**(1.755)**	**(3.481)**	**1.780**	**3.591**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 7,00% e 8,00% a.a..
27.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as captações efetuadas pela Companhia são apresentadas na nota 17.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2017 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.646	1.578	581		6.805	4.933
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				918	918	7.346
Debêntures		48.211	10.756	32.296	91.263	153.662
	4.646	**49.789**	**11.337**	**33.214**	**98.986**	**165.941**

27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de debêntures pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* aparecem descritos na nota 17. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.
27.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL
O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em R$23.237 (R$22.734 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures, que poderão ser pagos com fluxos de caixa gerados pela operação ou por meio de refinanciamento das dívidas e ainda, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.
27.2.3 Risco hidrológico
A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.
Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 11).
27.2.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.
27.2.5 Risco regulatório
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.
27.2.6 Gestão de capital
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total das debêntures	91.263	153.662
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.255)	(9.565)
Dívida líquida	**71.008**	**144.097**
Total do Patrimônio Líquido	**150.775**	**110.126**
Total do capital	**221.783**	**254.223**
Índice de alavancagem financeira - %	32,02%	56,68%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
28.1 Atividades de financiamento
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/baixas	Saldo em 31/12/2017
Dividendos	16	-	(40.523)	44.027	3.504
Debêntures	17	153.662	(76.439)	14.040	91.263
		153.662	**(116.962)**	**58.067**	**94.767**

28.2 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. Em 2016, não houve transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa.

	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	3.504
Total	**3.504**

29 Compromissos contratuais e Garantias
29.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	**2019 a 2020**	**2021 a 2022**	**A partir de 2023**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	384	103	95	45	627	112
Obrigações de compra						
Compra de Energia	17.753				17.753	
Materiais e serviços	12.398	10.810	51		23.259	33.995
Prêmio de risco - GSF				2.877	2.877	2.642
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.149	3.154			10.303	25.338
	37.684	**14.067**	**146**	**2.922**	**54.819**	**62.087**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	**2019 a 2020**	**2021 a 2022**	**A partir de 2023**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	303	87	87	43	520	92
Obrigações de compra						
Compra de Energia	14.016				14.016	
Materiais e serviços	9.788	8.964	46		18.798	27.564
Prêmio de risco - GSF				5.408	5.408	5.408
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.189	2.483			7.672	29.820
	29.296	**11.534**	**133**	**5.451**	**46.414**	**62.884**

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Aval de acionista	Seguro de vida	11.087	11.108
Depósito caucionado	Outros	125	125
Fiança bancária	Ações judiciais	1.420	1.406
Seguro Garantia	Outros	1.777	1.052
		14.409	**13.691**

30 Cobertura de seguros
A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Subestações	22.337	142.337	22.337	120.000
Usinas	233.901		247.252	
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	863	863		
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Seguro de vida	11.087	(*)	11.108	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.389.
A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$18.218; e
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$82.705.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

José Cherem Pinto
Diretor

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor

Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Energest S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Benefícios pós-emprego (Nota 18)	
A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, principalmente relativos a assistência médica e seguro de vida. A determinação dos valores nas demonstrações financeiras requereu o uso de premissas e julgamentos críticos.	Procedemos ao entendimento e testes de efetividade dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, consideramos os controles relacionados às conciliações dos dados contábeis com as avaliações efetuadas e as aprovações das premissas consideradas nos cálculos atuariais.
Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois a mensuração dos valores é sensível a uma série de premissas, sujeitas a estimativas e julgamentos. Alterações nas premissas podem produzir valores significativamente diferentes.	Com o auxílio de nossos especialistas atuários entendemos as metodologias empregadas por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela administração, e discutimos as premissas aprovadas e aplicadas no cálculo das obrigações. Consideramos que os critérios e premissas adotados para a avaliação atuarial e determinação da provisão para os planos dos planos de benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6